



GT 08 – Direito a Moradia, ATHIS e regularização Fundiária em Disputa

TERRITÓRIOS INVISIBILIZADOS E RESISTÊNCIAS COTIDIANAS: UM OLHAR SOBRE O CAPÃO COMPRIDO E A URGÊNCIA DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Eduarda Fraga
Isabelly Almeida

INTRODUÇÃO

O presente artigo reflete sobre as condições de vida da comunidade do Capão Comprido, em São Sebastião (DF), com base em visitas realizadas no contexto de um projeto de extensão universitária voltado à promoção dos direitos humanos. A partir da escuta ativa e da metodologia de grupos focais, foi possível identificar que a ausência de regularização fundiária não apenas compromete o acesso à moradia digna, mas também desencadeia uma série de violações estruturais de direitos básicos, como saúde, saneamento, mobilidade e educação. A análise enfatiza a potência da comunidade e a necessidade de reconhecimento institucional dos territórios populares como espaços legítimos de cidadania.

Este artigo busca refletir sobre essa realidade a partir das experiências vivenciadas em visitas à comunidade, nas quais foi aplicada a metodologia dos grupos focais e observações de campo. Ao invés de partir de análises abstratas, optou-se por ouvir e reconhecer as vozes da própria comunidade, com ênfase nas crianças, mulheres e lideranças locais. O objetivo é compreender como a exclusão territorial se articula à exclusão social, e como o reconhecimento do território é condição essencial para a efetivação dos direitos humanos.

2 APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

a) O Capão Comprido e a terra como direito negado

A ocupação do Capão Comprido tem características comuns às periferias brasileiras: surgimento espontâneo, ausência de infraestrutura planejada e crescimento desordenado diante da inércia do poder público. A região permanece sem reconhecimento formal do Estado, o que impede o planejamento de serviços públicos estruturantes.



A falta de regularização fundiária significa, na prática, viver em território “inexistente”. Sem registro formal, a comunidade não recebe coleta de lixo regular, asfaltamento, calçamento, abastecimento contínuo de água, escolas próximas, nem equipamentos de saúde suficientes. Caminhões de lixo não conseguem entrar, pois as ruas são estreitas, desniveladas e sem nome oficial, muitas placas foram improvisadas pelos próprios moradores. A água, quando existe, é bombeada de forma improvisada, e frequentemente se mistura ao esgoto das fossas. A energia é obtida por ligações clandestinas, muitas vezes perigosas. Em dias de chuva, a lama toma conta das vias, agravando a insalubridade.

Mais do que evidenciar carências, a comunidade reafirma, a cada dia, sua resistência. Famílias constroem suas casas com esforço próprio, organizam espaços de convivência e criam redes informais de cuidado. No entanto, a ausência de titulação do território as mantém em constante estado de insegurança e vulnerabilidade, como se sua existência estivesse sempre ameaçada. Sem regularização, não há planejamento urbano, nem orçamento público direcionado e, por consequência, não há garantia plena de direitos.

b) Ouvindo a comunidade: grupos focais como ferramenta de escuta e reconhecimento

Os grupos focais realizados com moradores permitiram compreender as prioridades da comunidade a partir de sua própria perspectiva. A maior demanda apontada foi a água potável. A saúde pública é outro ponto sensível: a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) está sobrecarregada, a Unidade Básica de Saúde (UBS) tem acesso restrito, e não há hospital próximo. A população relata surtos psicóticos, crianças sem acompanhamento psicológico e situações de violência.

Na segurança pública, a ausência do Estado também é sentida. Viaturas raramente circulam, e as ruas permanecem escuras à noite. Casos de roubo acontecem e moradores improvisam estratégias de proteção que, por vezes, geram ainda mais risco, como cercas eletrificadas sem sinalização. A questão do lazer é quase inexistente: sem áreas de convivência, muitos se isolam em casa ou se deslocam para longe, o que pode resultar em acidentes trágicos, como relatado por uma moradora.

O uso dos grupos focais como instrumento de escuta coletiva possibilitou não apenas a coleta de dados qualitativos, mas a valorização das experiências vividas pelos próprios



moradores, em especial por sujeitos que historicamente não são ouvidos. Conforme destaca (Pires, 2011)¹, a efetividade de espaços participativos está diretamente ligada à sua capacidade de articular vozes plurais e traduzir demandas sociais em insumos concretos para a ação pública. Nesse sentido, a escuta promovida nos encontros permitiu reconhecer o território como espaço de saber e reivindicação legítima.

c) A Extensão Universitária como Instrumento de Incidência Estrutura

Além da escuta ativa e do acolhimento humano, o projeto de extensão também exerce um papel importante na mediação entre a comunidade e as instituições públicas. Por meio da sistematização de dados, produção de relatórios e encaminhamento de demandas, a clínica atua no campo mais técnico e burocrático das políticas públicas, contribuindo para que as necessidades da população cheguem aos órgãos competentes. Embora os efeitos dessas ações nem sempre sejam visíveis a curto prazo, elas constituem uma base essencial para a incidência institucional e para a construção de caminhos formais que viabilizem a regularização fundiária, a destinação de recursos e o reconhecimento dos direitos historicamente negados. Assim, o projeto não apenas fortalece o vínculo social no presente, como também planta sementes para transformações estruturais futuras.

Nesse sentido, é possível afirmar que a extensão universitária, quando orientada por um compromisso democrático e emancipador, atua como elo entre a universidade e a sociedade civil. Como afirma Santos (2004), “a universidade do século XXI precisa assumir sua responsabilidade social, articulando os saberes acadêmicos aos saberes populares e promovendo justiça cognitiva e inclusão social”. Essa articulação, ainda que muitas vezes silenciosa e de longo prazo, tem o potencial de produzir efeitos duradouros na estrutura das políticas públicas e no reconhecimento institucional das comunidades periféricas.

d) O projeto como um planejamento tático.

O escopo do projeto foi idealizado buscando suprir engajar e auxiliar a população na luta pelos direitos sociais, o projeto atuou em conjunto com a orientação do pesquisador Frederico Augusto Barbosa Doutor em Desenvolvimento e Políticas Públicas do IPEA que

¹ PIRES, Roberto Rocha C. (Org.). **Efetividade das Instituições Participativas no Brasil: estratégias de avaliação**. Brasília: Ipea, 2011. (Série Diálogos para o Desenvolvimento, v. 7).



auxiliou a atuação e organização dos grupos focais e como eles deveriam atuar como equipe estratégica de pesquisa social e demais professores e pesquisadores que delinearão a atuação prática do projeto, ainda ao longo do semestre por meio das reuniões semanais foram estruturadas as diretrizes do projeto e como ele seria manifestado na prática, houveram ainda na agenda do projeto a participação nas audiências públicas as quais explicitaram a importância da participação direta da população na feitura de políticas públicas, ressaltando assim a relevância da democracia e do conhecimento nas políticas de mudanças sociais. O projeto ainda visou estabelecer uma consonância com o PDOT (Planejamento Diretor de Ordenamento Territorial) do Distrito Federal, logo a matéria da atuação do projeto teve por objetivo se basear na lei de planejamento territorial para atuar de forma concisa e integrada.

e) Considerações finais

O Capão Comprido é um espelho ampliado da desigualdade territorial no Brasil. Sua exclusão não é acidental, mas histórica e sistemática. A ausência de regularização fundiária é o ponto de partida de um ciclo de invisibilidade: sem endereço, não há coleta de lixo; sem reconhecimento, não há orçamento; sem nome, não há cidadania plena. Ainda assim, a comunidade se move, resiste e cria. As visitas demonstraram que há potência nos vínculos, nas infâncias, nos afetos e nas redes de solidariedade. Escutá-los é também aprender com sua organização, sua forma de viver e suas estratégias de enfrentamento. A experiência reforça a importância de políticas públicas que enxerguem esses territórios como legítimos e urgentes. A regularização fundiária é o primeiro passo, mas não pode ser o último. É preciso garantir infraestrutura, educação, saúde e espaços de lazer. É preciso valorizar o território como extensão da dignidade humana. Que esse artigo sirva como pequena contribuição para tornar essas vozes menos invisíveis e para reafirmar que, onde há vida, há direitos. E onde há direitos negados, deve haver luta por justiça social.

Referência bibliográfica

PIRES, Roberto Rocha C. (Org.). Efetividade das Instituições Participativas no Brasil: estratégias de avaliação. Brasília: Ipea, 2011. (Série Diálogos para o Desenvolvimento, v. 7).

SANTOS, Boaventura de Sousa. A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. São Paulo: Cortez, 2004.